



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

ASPECTOS DE VIDA NAS CAMADAS POPULARES: APORTE TEÓRICO AO SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS EXPRESSÕES DO DESEMPREGO E HABITAÇÃO NAS PERIFÉRIAS DE SÃO PAULO.

LETICIA ALVES PIMENTA¹

CAMILA UBAL MUNIZ²

CASSIO RENATO DE LIMA³

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão teórica sobre as expressividades do desemprego e da questão habitacional nas periferias, abordando a crise estrutural do capital que alimenta este constante cenário; a partir do embasamento bibliográfico e documental. Ter-se-á como lócus espaços que por muitas vezes são sinônimos de violência e discriminação, mas que também são permeados por atores periféricos políticos que lutam por seus direitos. Dentro deste cenário, os assistentes sociais devem se inserir enquanto sujeitos cruciais na viabilização dos direitos e necessidades dessa parcela populacional, a partir da fundamentalização do compromisso ético-político profissional.

Palavras-chaves: Desemprego, Habitação, Periferia, Assistente Social

ABSTRACT

This article proposes a theoretical reflection on the expressions of unemployment and the housing issue in the outskirts, addressing the structural crisis of the capital that feeds this constant scenario; based on bibliographic and documentary basis. The locus will be spaces that are often synonymous of violence and discrimination, but which are also permeated by political actors who fight for their rights. Within this scenario, social workers must be included as crucial subjects in ensuring the rights and needs of this population, based on the fundamentalization of professional ethical-political commitment.

¹ Universidade Estadual Paulista

² Universidade de São Paulo

³ Universidade Estadual Paulista

Keywords: Unemployment, Housing, Outskirts, Social Worker

1. INTRODUÇÃO

A questão do desemprego e suas expressividades é uma problemática que vem se delineando desde o princípio do capitalismo. O sistema capitalista se alimenta das crises, fundamentalmente crises estruturais, como dito por Mészáros (2015), para assim se prosperar na acumulação de mais lucro e valor: o capital, em sua origem, nunca irá desejar que as crises deixem de existir na sua existência e desenvolvimento.

Dentro da lógica capitalista – que perpetua a pobreza e a miséria enquanto pilares para o acúmulo de lucro para poucos (tópico que será abordado posteriormente) – a existência de um enorme contingente de pessoas que vivem em condições de pobreza é fato consumado. Concomitantemente ao processo de urbanização e construção das cidades se tem também a construção das favelas, dos espaços de periferia, locais que gradativamente se expressam em um conglomerado de habitações e se tornam lar das classes menos abastadas da sociedade, que não possuíam poder aquisitivo para viver nas habitações centrais.

A polissemia do termo favela reflete sua condição de categoria social central à disputa pelo significado da ideia de cidade. Com efeito, na sua origem, o sentido da palavra favela está umbilicalmente ligado à noção de cidade, a qual, por seu turno, varia conforme a posição social de quem a define[...] Historicamente, favela é uma representação social construída por intérpretes autorizados[...] como antítese de um certo ideal de cidade[...] a partir do processo de expulsão da classe operária dos centros urbanos (BURGOS, 2012, p. 373)

A referência de cidade constituída não inclui a favela e seus moradores, mas que por sua resistência continua a se expressar contra o “apartheid” social a qual é veladamente submetida. (NUNES, 2018, p. 2).

Desde os primórdios, as periferias configuram-se então como espaços que se tornam o lar das classes subalternas, não condizentes com as idealizações almejadas pelas cidades. Nestas regiões segregadas faltam políticas sociais efetivas, o que leva a propagação de violência e opressão. Na contemporaneidade, a denominada “guerra às drogas” amplia a insegurança e o medo constante (dentro e fora da favela), para além da discriminação sofrida por seus moradores. No lócus de diversas violações e preconceitos, as favelas e periferias são lar das mais diversas vivências, que buscam para além destas dificuldades, promover a paz e a garantia de direitos básicos nestes espaços.

Para além das violações, é importante ressaltar e reverberar também a periferia em sua potencialidade de cultura e resistência, frente às expressões da questão social. A cultura periférica é rica, e seus sujeitos possuem também um vasto conhecimento popular e necessário nas cidades; a periferia não está à margem das cidades: seus sujeitos são o berço da cultura urbana, são integrantes indissociáveis. Para atender as necessidades e direitos desses sujeitos, se faz necessário atender as necessidades da população na íntegra, atuando intersetorialmente e territorialmente.

Hoje, essas minorias desprivilegiadas emergem como novos atores políticos, organizam movimentos e exigem uma participação na vida nacional da qual estiveram secularmente excluídos. (...) em virtude mesmo do que parece ser uma nova dinâmica da sociedade brasileira, os esquemas globalizadores com os quais a sociologia e a ciência política produziram, no passado, uma interpretação coerente da sociedade nacional, têm-se revelado singularmente inadequados (DURHAM, 1986b: 18-19).

Dentro dessa perspectiva, o trabalho dos assistentes sociais deve se inserir enquanto importante meio de viabilização dos direitos dos moradores das periferias, visibilizando suas particularidades e as expressividades do meio em que vivem. Neste desenvolvimento trabalho, serão elencadas reflexões teóricas fundamentais aos Assistentes Sociais frente às expressões do desemprego e das questões habitacionais nas periferias de São Paulo, entendendo que a ação profissional deve partir primordialmente do aporte teórico e compromisso ético-político.

1.1 EXPRESSÕES DO DESEMPREGO E NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO

A precarização do trabalho é um grande debate contemporâneo que cresce na nova fase em que o desemprego estrutural se ascende cotidianamente no mundo do trabalho. Essa lógica destrutiva, apontada por Ricardo Antunes em “O caracol e sua concha”, tem suas consequências pautadas em uma nova era de conflitos sociais presentes em diferentes partes do mundo, e esse movimento faz surgir novas formas também de confronto social presente na nova morfologia do trabalho.

A classe trabalhadora se modifica ao longo dos anos, e com ela, a categorização do trabalho também, deixando no esquecimento o que se entende sobre o proletariado e o trabalho social, para abrir espaço ao sentido do trabalho que não possui sequer uma significação para o ser social. Antunes (2015) busca guiar-nos a pensar qual a cara da classe trabalhadora moderna hoje, onde ela está centralizada e quais interações e trocas com o processo produtivo está sendo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

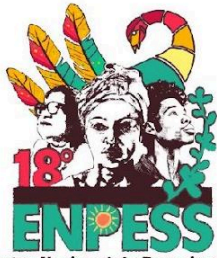
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

corporizado. A resposta, é que o grande motor do capital se caracteriza na redução do trabalho vivo e no aumento do trabalho morto, que significa que a classe de trabalhadores está cada vez mais fragmentada, sem identidade, e isso gera e incentiva que um sistema consiga determinar a própria designação daquele trabalhador, a partir do valor que uma determinada produção material possa ter. É um sistema que atenua a partir dessa perda de valor do trabalho, a comoditização de um reconhecimento advindo do próprio indivíduo que produz seus insumos.

De Alencar (2011) discorre o desemprego como um produto da acumulação capitalista, resultante da explosão tecnológica ocorrida no século XXI, que substitui o trabalho humano, não mais como uma nova alternativa de produção, mas sim uma potencial desqualificação de trabalhadores e a diminuição da consciência de classe dos mesmos, que trazem consigo nesse novo modelo a precarização acima da valorização do trabalho, portanto, como dito em seu texto, o desemprego é na verdade, resultado da crise do capital, um processo que transmite uma mudança social e não mais apenas tecnológica, ou seja, além da substituição do trabalho, há a desvalorização do sujeito, jogando-os no exército industrial de reserva. Diante disso, Mandel (1982) destaca que apenas o potencial de luta de uma classe sujeita ao raquíptico do direito social, vai determinar o aumento ou a diminuição do seu salário, e apenas esse sujeito como classe, tem potencial para combater de frente a ofensiva do capital sobre o trabalho

“Marx mostra, portanto, como a existência dessa parcela sobrando da classe trabalhadora está relacionada à dinâmica da acumulação do capital em seu processo de autovalorização. Para aumentar a valorização do capital é necessário incrementar a produtividade do trabalho, o que implica poupar o trabalho vivo, tornando a força de trabalho supérflua às necessidades do capital e desvalorizando-se, assim, o valor da força de trabalho. De fato, essa é uma condição indispensável para a criação da mais-valia relativa e um poderoso meio para subordinar o trabalho no curso do processo de produção, numa clara demonstração de que a luta de classes se origina no processo de produção” (DE ALENCAR, 2011, p.101).

Antunes (2015) parafraseia o conjunto de trabalhadores improdutivos como aqueles que não participam do mecanismo de valorização do capital, na produção de mais-valia, o que, por sua vez, desencadeia uma série de preocupações acerca dessa potencialidade do trabalhador, que vira apenas frustração, culpa e fracasso. Uma corrente, como dito pelo autor, de “superfluidade”, que quer dizer um excesso indevido no mundo do trabalho, e isso acarreta portanto, a divisão da classe dos trabalhadores, naqueles que: se deixam levar pelo mundo do capital; aquele trabalhador que garante um posto de trabalho que possui mais valor nos parâmetros de geração de lucro para o capital, esse indivíduo está mais propenso a defender um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“mundo corporativo”, já em outros tipos de trabalho mais subalternizados, no qual estão os temporários, precários e excluídos dessa noção de lucro e qualidade de vida do trabalho, se coloca num papel invisível, distância dessas comemorações, ao mesmo tempo que, insere-se na posição de combater de frente as contradições de um mundo desigual na relação capital/trabalho, pois, como já relatado acima, o desemprego expressa significativa arma do capital contra a classe trabalhadora.

De Alencar (2011) considera que esse enfraquecimento e invisibilização do movimento dos trabalhadores acarreta na abertura das imposições, na redução de salário, precarização, aumento exacerbado da produção, na perda de direitos sociais, e a instauração de um projeto que tende a disseminar as bases produtivas a fim do capital recolocar sua hegemonia econômica e política frente às condições de trabalho que limitam a perspectiva de novas possibilidades, potencialidades e vitalidades existentes na vida de cada trabalhador.

Diante disso se faz necessário pensar quais determinantes se findaram nesse novo modelo do mundo corporativo, do mundo que excluiu totalmente aqueles que desempenham suas funções nas atividades que são vistas hoje como inferiores no quesito da economia urbana, “em geral, essas pessoas são trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda que vivem em lugares periféricos onde exercem aquilo que o mestre José Soró chamou de “sevirologia” (Nakano, Gonçalves, 2013). Esse termo, refere-se àqueles que lutam pelo mínimo, por viver na incerteza e na insegurança da sobrevivência básica de um ser humano, e jogados nos termos que hoje diferenciam os novos “desempregados”, para aqueles que começaram a empreender, ou seja, buscar “soluções para pôr em prática mesmo quando não se tem muitos recursos, é a ‘viração’ na busca por vida digna”.

Em outros termos, a tecnologia surge como ferramenta para o aumento da produtividade e do lucro, substituindo a mão de obra, mas isso poderia muito bem ter resultado em novas possibilidades de empregos, consumo e melhorias nas condições de trabalho, contudo, o capital, na busca incessante da lucratização, escolhe por estratégias que jogam os trabalhadores ao desemprego, à precarização e a falta de oportunidades. A eliminação de trabalhos já existentes e a diminuição da necessidade de força de trabalho humana em novos empreendimentos, o que restringe as oportunidades de emprego. Em vez de redistribuir os benefícios advindos dos avanços tecnológicos de maneira equitativa, o sistema capitalista tende a concentrar esses benefícios nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria dos trabalhadores enfrentam condições adversas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1.2 AUSÊNCIA DE DIREITOS E (IM)POSSIBILIDADES NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

No âmbito do desemprego e suas expressões na contemporaneidade, tem-se gradativamente o processo de expulsão do trabalho vivo das etapas de produção, para que a partir disso, o capital seja valorizado. Assim, tem-se uma massa de trabalhadores excluída (e que mantêm-se na condição de exclusão) no mercado de trabalho; “tendo pouca ou quase nenhuma chance de inserir-se novamente no circuito do grande capital, restando-lhes apenas as ocupações contingentes”. (ALENCAR, 2011).

A questão do desemprego atua massivamente sobre um enorme contingente populacional, que têm de se rebaixar a informalidade e precarização trabalhista, em que não se consagram os benefícios conquistados pela legislação: assim, submetidos aos trabalhos informais, as massas da periferia urbana desfrutam de escassos direitos. A luta por direitos trabalhistas, historicamente trajada por sujeitos oriundos das camadas populares, não efetiva leis a estes mesmos sujeitos que hoje têm de se submeter à informalidade. Em uma escala global, este movimento de ampliação da condição da pobreza social se reproduz massivamente, como refletido por Iamamoto:

A abertura da economia nos países da periferia dos centros mundiais, conforme orientações de organismos multilaterais, têm redundado na ampliação do déficit da balança comercial, no fechamento de empresas nacionais, na elevação da taxa de juros e no ingresso maciço de capitais especulativos (IAMAMOTO, APUD SILVA, 2017, p. 18).

Entre viscerais transformações (tecnológicas, geográficas e estruturais) no meio urbano, vislumbra-se também um novo trabalhador. Um trabalhador apto a adaptar-se, disposto a se submeter a massivas horas de trabalho e, como posteriormente abordado, à informalidade. Dentro dessa perspectiva, expandem-se também as unidades de produção nas cidades periféricas e subdesenvolvidas, com o objetivo de explorar expressivamente a força de trabalho, já que nesses locais as regulamentações trabalhistas e a fiscalização são menos rigorosas.

Simultaneamente a precarização trabalhista, existe (enquanto causa e consequência) uma massiva condição de desemprego. Esta condição, por sua vez, é delimitada por diversos marcadores sociais, que instituem que o desemprego possui raça, gênero e pertence a uma classe social específica. A economista Marilane Oliveira Teixeira, elucida:

Entre as pessoas pobres, a condição de acesso ao mercado de trabalho é determinada pelo perfil socioeconômico: quanto mais pobre, maior é a dificuldade para se inserir no mercado, principalmente no caso das mulheres. Os dados indicam que cerca de 30% delas justificam a dificuldade de procurar emprego à ausência de políticas de cuidado, ou seja, de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

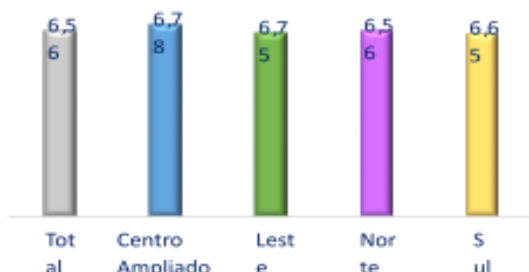
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ter alguém que possa fazer as tarefas de trabalho doméstico. Outro percentual alto se refere ao acesso ao trabalho próximo da moradia. Em torno de 40% dos homens alegam que o problema é a ausência de trabalho na região onde residem. Dependendo do local de moradia, a pessoa não tem condições de buscar trabalho em outras localidades. (TEIXEIRA, 2022).

Tendo como locus as periferias de São Paulo, entende-se que nesses espaços expressam-se diversificadas violações que afetam seus moradores, a construção de suas relações sociais e suas subjetividades. A cidade formal e central não incorpora a favela e seus habitantes, subrepticiamente submetendo-os à exclusão geográfica, social e trabalhista. Na íntegra, é possível observar que existem taxas menores de desemprego na região central de São Paulo (10,1%), onde se há um maior acesso a oportunidades trabalhistas e transporte público acessível. Em toda cidade, o índice é de 12,8%. Nas periferias, e por sua vez, regiões mais afastadas do centro, os índices de desemprego são maiores.

Taxa de desocupação dos residentes nas regiões mais periféricas é superior à do Centro Ampliado

Taxas de participação, segundo regiões
Em %



Taxas de desocupação, segundo regiões
Em %



Fonte: SEADE, 2020.

Em concomitância, observa-se dentre as possibilidades trabalhistas uma alta taxa de empregos informais. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o CAGED, “A taxa de informalidade nos primeiros três meses de 2024 ficou em 38,9% da população ocupada (38,9 milhões de trabalhadores informais)” (CAGED, 2024); dado que elucida a reflexão trazida acerca das consideráveis possibilidade de ausência de direitos dos trabalhadores.

Apesar do pauperismo e das significativas violações de direitos (trabalhistas e sociais) nas periferias, estes espaços não são permeados somente por ausências. A resistência política e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cultural, dos sujeitos periféricos traz consigo aspectos de vida no caminho de ser e (re)existir na periferia do capitalismo contemporâneo. Elucidam-se, a partir da luta desses sujeitos, (situados no lócus de uma grande desigualdade social) caminhos para reverberar o alargamento do significado do termo periferia, “[...] que já não passa a ser definido somente pelo binômio pobreza e violência, mas também pelos elementos cultura e potência” (D’ANDREA, 2013, p.9)”. Entre diversas ações estatais necessárias à periferia, se inscreve a importância do olhar profissional para as expressões do desemprego e de demais políticas nesses referidos espaços, articulando reflexões teóricas a efetivações.

Aos profissionais Assistentes Sociais, que intercedem as relações sociais nas periferias paulistanas, se faz necessário reforçar o comprometimento ético-político em campo articulando ações junto à diversos órgãos, em específico a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (em seus diferentes programas voltados para a geração de emprego e renda)

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), inscrita no CNPJ: 04.537.740/0001-12, tem por finalidade conduzir ações governamentais voltadas à geração de trabalho, emprego e renda, à redução das desigualdades regionais, ao apoio às vocações econômicas e desenvolvimento local, ao fortalecimento da cultura empreendedora, à melhoria da competitividade, à promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da agricultura, bem como a gestão das cooperativas de material reciclável cadastradas pela Prefeitura no âmbito do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis. (CIDADE DE SÃO PAULO, 2024)

Em vias de consolidação de direitos e da preservação do trabalho decente, entrelaçam-se diversas ações dentro dos espaços periféricos, necessárias para a garantia da sustentabilidade e renda dos moradores. Para tanto, é necessário que a construção seja conjunta com estes sujeitos: as ações para a periferia devem ser discutidas e aplicadas em consonância com as demandas da população periférica.

1.3 A ILEGALIDADE DE ATUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NA GARANTIA DO DIREITO À MORADIA

“Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries: direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna” (Santos, 1993, p. 7).

De acordo com Mészáros (2009), a partir da ativação dos limites estruturais do capital, o contexto que se coloca é de acirramento irreconciliável da contradição capital e trabalho, o que, por sua vez, explica os padrões cada vez mais destrutivos de valorização/acumulação capitalista.

O desenvolvimento capitalista dentro de seus limites absolutos não indica uma desaceleração de seu impulso irrefreável para expansão de seu sistema sociometabólico. Assim, cria um contexto de produção/reprodução sociometabólica do capital que promove a intensificação da exploração do trabalho associada a regressões sociais de natureza diversas.

Segundo o portal Brasil de Fato, em publicação do dia 19 de outubro de 2023, dados da Secretaria da Fazenda da gestão de Ricardo Nunes (MDB) apontou que a Prefeitura do município de São Paulo investiu valor abaixo a 20% do orçamento do mesmo ano para serviços de prevenção e obras em áreas de risco. O que significa dizer que “até meados de outubro, do total de R\$ 72 milhões orçados para realizar ações de prevenção em áreas de risco geológico em 2023, R\$ 59,8 milhões estavam parados nos cofres municipais (BRASIL DE FATO).

Esse contexto de baixo investimento em obras destinadas para áreas de risco indica uma realidade de ocupação dos espaços da cidade, sobretudo destinados para moradia, de forma desorganizada e precária. Conforme o Portal Agemt aponta – em reportagem do dia 5 de abril de 2023 –, a partir de dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do estado de São Paulo, que no município de São Paulo existe um déficit de 1,6 milhões de moradias e cerca de 3,19 milhões que estão em contexto de inadequação, ou seja, habitações que estão em áreas de risco, que necessitam de reformas, ampliação ou regularização (AGEMT).

Outro marcador importante que evidencia o problema do déficit habitacional como parte do processo de produção/reprodução sociometabólica do capital no município de São Paulo é o aumento significativo da população em situação de rua. De acordo com o Portal G1, em 2023 a cidade de São Paulo atingiu o número de 52.226 pessoas em situação de rua. A regressão social evidencia-se quando observamos o crescimento da população em situação de rua em um pouco mais de dez anos. Em 2012 eram 3.842 pessoas em situação de rua e chegando a um pouco mais de 50 mil em 2023. Mais um marcador simbólico sobre esse contexto se traduz pela possibilidade de subnotificação, podendo chegar a taxa de 35% (G1).

3. CONCLUSÃO

Este artigo tem como finalidade investigar as dinâmicas que intensificam a desigualdade socioeconômica a partir da colocação de trabalhadores na precariedade, ou situações de desemprego, especificamente na periferia de São Paulo, revelando assim uma realidade complexa e com diversos impactos sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Temos diante disso, um novo cenário, no qual o trabalhador necessita-se ser para o capital mais “*desespecializado e multifuncional*, cujos ritmos e processos, tempos e movimentos são mais intensamente explorados. Esse trabalho perdeu a *especialização* adquirida em décadas anteriores (...), e tornou-se cada vez mais multifuncional” (Antunes, Pochmann, 2007, p.199) agora, o trabalhador é parceiro da empresa, é o “colaborador”, com a exploração ainda mais gritante e uma nova concepção do que possui valor.

“Marx mostra, portanto, como a existência dessa parcela sobrando da classe trabalhadora está relacionada à dinâmica da acumulação do capital em seu processo de autovalorização. Para aumentar a valorização do capital é necessário incrementar a produtividade do trabalho, o que implica poupar o trabalho vivo, tornando a força de trabalho supérflua às necessidades do capital e desvalorizando-se, assim, o valor da força de trabalho. De fato, essa é uma condição indispensável para a criação da mais-valia relativa e um poderoso meio para subordinar o trabalho no curso do processo de produção, numa clara demonstração de que a luta de classes se origina no processo de produção” (De Alencar, 2011, p.101).

Esta imagem reflete uma nova concepção de valor e um quadro de desregulamentação da economia e de políticas de proteção social ao trabalho, com incentivo de privatizações, e expansão do neoliberalismo, onde os direitos conquistados por meio de lutas sociais são reduzidos ou eliminados.

As altas taxas expressas nas últimas décadas do desemprego são resultado desses modos que o trabalho informal e precarizado se ampliou principalmente nas áreas periféricas, no qual a informalidade se torna central para a subsistência destes trabalhadores. é um cenário histórico que configura uma enorme vulnerabilidade à classe trabalhadora na condição de uma forma de trabalho desprovida de qualquer segurança ou direito.

A prática profissional do Assistente social torna-se essencial para mitigar os impactos negativos do desemprego estrutural, com a defesa de políticas públicas inclusivas, justiça social e construção de redes de apoio, tendo nítido que essa nova morfologia do trabalho, como preconizado por Raichelis (2013), também se inserem nessas mudanças e determinações estruturais, “que movem os processos de intensificação e precarização do trabalho, no contexto da crise mundial” (Raichelis, 2013, p.611), que assim provocam ações da classe trabalhadora que necessitam de políticas sociais e programas ofertados pela rede socioassistencial, como os Programas de Transferência de Renda (PTR) e o Programa Bolsa Família (PBF), trabalhando numa perspectiva em que condicionam as famílias a buscar “as chamadas “portas de saída” na perspectiva da empregabilidade e do assim chamado empreendedorismo” (Raichelis, 2013, p.619), o que limita algumas políticas de Seguridade, que traçam caminhos muitas vezes acompanhados de ideários meritocráticos e disciplinadores, com foco na culpabilização do indivíduo frente à questão social

A MAIORIA DOS TRABALHADORES ESTA NA PERIFERIA DO SISTEMA. ENTREVISTA COM MARILENE TEIXEIRA. **Unisinos**, Abril de 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/618077-trabalho-no-brasil-a-maioria-dos-trabalhadores-esta-na-periferia-do-sistema-entrevista-especial-com-marilane-teixeira>. Acesso em 09 de Julho de 2024.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. Boitempo Editorial, 2015.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. Clacso, 2007.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto**. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

BURGOS, Marcelo Baumann. Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade. **Favelas cariocas ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond**, p. 373-391, 2012.

DE ALENCAR, Mônica Maria Torres. O desemprego contemporâneo como elemento da acumulação capitalista e da luta de classes. **O social em Questão**, n. 25/26, p. 97-117, 2011.

DURHAM, Eunice R. 1986 "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas". In CARDOSO, R. (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. pp.17-37

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **São Paulo diversa: uma análise a partir de regiões da cidade**. 2020.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Boitempo Editorial, 2015.

NAKANO, A. K. ; GONÇALVES, T. A. . **Sevirologias e virações em meio aos ilegalismos da vida urbana periférica**. Brasil de Fato, São Paulo, 23 maio 2024.

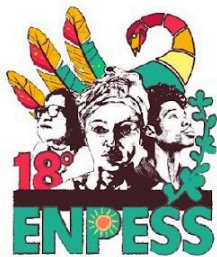
NAVARRO, Vera Lucia; DE SOUZA LOURENÇO, Edvânia Ângela (Ed.). **Avesso do trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. Outras Expressões, 2013.

PREFEITURA DE SP. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/ acesso_a_informacao/index.php?p=178728. Acesso em 09 de Julho de 2024.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, p. 609-635, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

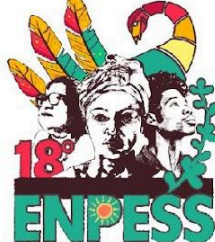
SILVA, Priscila Aparecida Ramos da. Crise, estado e periferia urbana: um estudo sobre o lugar dos excedentes na atualidade. 2017.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**